



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS GESTORES ESCOLARES NA CAPITAL ALAGOANA

EVA PAULIANA DA SILVA GOMES

GIVANILDO DA SILVA

FERNANDA DOS SANTOS NASCIMENTO

EIXO: 13. CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

RESUMO: O presente trabalho se constitui em uma análise sobre os desafios da participação política dos gestores das escolas públicas da rede municipal na capital alagoana. O objetivo central que orientou a pesquisa foi analisar se a filiação no Sindicato dos Trabalhadores contribui para o fortalecimento das decisões no processo da gestão democrática nas escolas públicas de Maceió. Esse trabalho adotou como opção teórico-metodológica a abordagem qualitativa, dando ênfase à revisão de literatura, entrevistas semiestruturadas e, para a análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2002). O referencial teórico utilizado parte dos estudos de Bastos (2005), Dourado (2008), Santos (2012), entre outros. Diante dos dados coletados constatou-se que a filiação dos gestores não traz contribuição significativa para as tomadas de decisões na escola. Palavras-chave: Democracia. Participação. Autonomia. **RESUMEN:** Este trabajo constituye un análisis de los retos de la participación política de los directivos de las escuelas públicas municipales en la capital de Alagoas. El principal objetivo que guió la investigación fue analizar la pertenencia a la Unión de Trabajadores contribuye al fortalecimiento de las decisiones en el proceso de gestión democrática en las escuelas públicas en Maceió. Este trabajo adoptado como un enfoque teórico y metodológico de enfoque cualitativo, haciendo hincapié en la revisión bibliográfica, entrevistas semiestruturadas y para el análisis de datos, se utilizó el análisis de contenido de Bardin (2002). El marco teórico de los estudios Bastos (2005), Oro (2008), Santos (2012), entre otros. En la recogida de datos se encontró que la afiliación de los gerentes no aporta

contribución significativa a la toma de decisión en la escuela. Palabras clave: Participación. Gestión democrática. Autonomía.

Eixo 13 – Currículo Escolar, Gestão, Organização do Trabalho Pedagógico **OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS GESTORES ESCOLARES NA CAPITAL ALAGOANA RESUMO:**

O presente trabalho se constitui em uma análise sobre os desafios da participação política dos gestores das escolas públicas da rede municipal na capital alagoana. O objetivo central que orientou a pesquisa foi analisar se a filiação no Sindicato dos Trabalhadores contribui para o fortalecimento das decisões no processo da gestão democrática nas escolas públicas de Maceió. Esse trabalho adotou como opção teórico-metodológica a abordagem qualitativa, dando ênfase à revisão de literatura, entrevistas semiestruturadas e, para a análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2002). O referencial teórico utilizado parte dos estudos de Bastos (2005), Dourado (2008), Santos (2012), entre outros. Diante dos dados coletados constatou-se que a filiação dos gestores não traz contribuição significativa para as tomadas de decisões na escola. Palavras-chave: Democracia. Participação. Autonomia. **RESUMEN:** Este trabajo constituye un análisis de los retos de la participación política de los directivos de las escuelas públicas municipales en la capital de Alagoas. El principal objetivo que guió la investigación fue analizar la pertenencia a la Unión de Trabajadores contribuye al fortalecimiento de las decisiones en el proceso de gestión democrática en las escuelas públicas en Maceió. Este trabajo adoptado como un enfoque teórico y metodológico de enfoque cualitativo, haciendo hincapié en la revisión bibliográfica, entrevistas semiestruturadas y para el análisis de datos, se utilizó el análisis de contenido de Bardin (2002). El marco teórico de los estudios Bastos (2005), Oro (2008), Santos (2012), entre otros. En la recogida de datos se encontró que la afiliación de los gerentes no aporta contribución significativa a la toma de decisión en la escuela. Palabras clave: Participación. Gestión democrática. Autonomía. **INTRODUÇÃO** O contexto educacional brasileiro tem instigado várias pesquisas, entre elas o enfoque dado à gestão da educação tem ganhado destaque sobre a viabilização das condições necessárias para a melhoria da qualidade de ensino. "A gestão da escola caracteriza-se por buscar articular condições materiais e humanas para efetivar o avanço dos processos sócio-político-educacionais da escola". (SCHNECKENBERG, 2009, p. 117). Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de repensar as ações com o intuito de construir caminhos, os quais possam garantir o processo de autonomia da instituição escolar. Diante de tal peculiaridade, a ação do gestor, torna-se um dos aspectos primordiais para propor um trabalho coletivo, no qual seja permeado por uma participação efetiva em que os sujeitos envolvidos tenham autonomia nas tomadas de decisões. Logo; compreende-se que a gestão democrática da escola requer uma mudança sobre as formas de participação dando ênfase a inserção e o compromisso da comunidade escolar sobre o desenvolvimento do processo político. Ao compreender a

responsabilidade do gestor sobre a redefinição das formas de participação na escola, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar se a filiação dos gestores no Sindicato dos Trabalhadores da Educação contribui para o fortalecimento das decisões no processo da gestão democrática nas escolas públicas de Maceió. Esse trabalho adotou como opção teórico-metodológica a abordagem qualitativa, dando ênfase à revisão de literatura, entrevistas semiestruturadas e, para a análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2002). O referencial teórico utilizado parte dos estudos de Bastos (2005), Dourado (2008), Santos (2012), entre outros. **Um olhar sobre os desafios dos gestores escolares**

A discussão sobre a democratização das relações escolares passa pelo resgate de políticas concretas que incluam o questionamento e novos acenos aos atuais marcos de formação, incorporando, desse modo, à formação continuada a melhoria das condições de trabalho (salário, plano de carreira, política de capacitação, avaliação) frente ao novo cenário sociopolítico-econômico e cultural que se delineia mundialmente. Além dessas questões, outras se colocam, tais como a implementação de canais efetivos de participação e discussão das relações de poder que permeiam o cotidiano escolar (DOURADO, 2008, p. 92).

São vários os canais de participação que podem ser criados e consolidados no interior da escola para o alcance de melhorias, pois a busca de mecanismos de conduta influencia na discussão sobre questões ligadas à avaliação, papel do professor e de todos envolvidos, associação de pais, questão sindical, entre outros aspectos que dão ênfase ao caráter político da educação. Nesse sentido, a prática educacional vai se constituindo por meio de questões básicas, estas sendo essenciais para a democratização do processo pedagógico. Diante desse ponto de vista sobre os mecanismos de gestão participativa, indagou-se aos gestores se a filiação traz alguma contribuição para a gestão da escola e quais eram os principais interesses apresentados nas reuniões. *Com certeza, o sindicato faz um papel primordial na sociedade, as graves crises da educação; eu acredito que ele é uma peça fundamental. Nas reuniões o que mais se discute é a questão do piso salarial (G2, filiada ao SINTEAL). Pelo que eu vejo, não contribuía muito com a minha atividade de gestor ... gosto de participar das Assembleias, mas filiado nunca fui. Nas reuniões os interesses mais debatidos é salário, é reajuste salarial, redução de carga horária; se eu dizer que o interesse é que*

melhore a aprendizagem, não, não é isso. Tenho colegas que são filiados e as escolas possuem o IDEB baixo (G3, gestor não filiado). A partir da primeira fala acima, da G2, percebe-se que o SINTEAL é uma forma de defesa contra os problemas enfrentados na educação, mas a entrevistada não deixa claro que tipo de contribuição a filiação traz na gestão da escola. Já o G3 afirma que na atividade de gestor a filiação não iria contribuir, pois as discussões das assembleias são direcionadas pelos mesmos interesses entre eles: aumento de salário. Os posicionamentos dos gestores apresentados têm em comum a compreensão de um objetivo maior que é a participação. Lopes (2009) enfatiza que a participação tem a intenção de promover espaços de discussão, planejamento e avaliação mediados pela equipe. Além disso, considera que “[...] para uma participação efetiva, faz-se necessário ir além: o desvelar das contradições e promover a mobilização para consolidar a participação contestatória, assim como o caráter político e formativo que se busca” (LOPES, 2009, p. 76). Para uma melhor compreensão acerca do caráter político e formativo, tornou-se necessário saber como se dá a luta dos direitos trabalhistas dos gestores. *Ocorre em conjunto com os demais profissionais da educação, o que acontece para o professor vai também para o diretor, não tem uma coisa que diga assim: a luta é do gestor e a luta é do professor (G3, gestor não filiado). Em conjunto. Os interesses não são só de gestores, mas são interesses em comum dos profissionais, eles são negociados de forma coletiva. Nunca vi o sindicato com determinações “tomar partido” não, eles são democráticos. As negociações sempre vão para a plenária, votações, dá direito a palavra e fica realmente o que interessa à parte coletiva (G2, filiada ao SINTEAL).* Bastos (2005) menciona que os movimentos de participação na gestão da escola pública foram e continuam sendo ações políticas organizadas pelos sindicatos de profissionais da educação. No SINTEAL, a busca pelos direitos trabalhistas envolve professores e funcionários do âmbito escolar; desse modo não há diferença entre o processo participativo e as discussões específicas ligadas à função de gestor.

Diversas tendências surgem no cenário nacional, que se entrecruzam em debates e confrontos, fundadas em projetos políticos e perspectivas históricas diferenciadas, quer defendendo uma prioridade, quer outra. Entretanto, todas têm em comum um mesmo objetivo – a qualidade da

formação da cidadania do povo brasileiro, pela qual se debate e se reivindica a melhor formação dos profissionais da educação [...] (FERREIRA, 2011, p. 157).

A centralidade da formação dos profissionais da educação é um dos fatores que mais se destacam nos debates, pois a escola tem um papel fundamental ao lado da família e do meio social mais amplo. Neste contexto, a realidade circundante remete à questão da formação do povo brasileiro, que necessita com urgência de um olhar mais crítico dos governantes para que tragam iniciativas das esferas federais, estaduais e municipais, pois a gestão escolar depara-se com alguns problemas para cujas soluções é necessária a participação do poder público. *Um dos problemas que nos afeta na gestão: a prefeitura não ter prédios suficientes, esse prédio mesmo é alugado. A infraestrutura dos colégios implica muito na questão da aprendizagem dos alunos; se você perceber, a infraestrutura da nossa escola é de péssima qualidade. Se fosse mesmo analisar, a gente não teria condições alguma de trabalhar aqui, ela não oferece nada que beneficie a aprendizagem do aluno. É uma escola muito quente, as telhas são de amianto, esquenta bastante. Apesar de existir investimento da prefeitura, mas não o suficiente. Uma vez que o prédio não é próprio, eles investem muito pouco, fazem pequenos reparos. O prédio é muito velho, a gente se esbarra em uma burocracia muito grande, a gente chega na secretaria tem muita burocracia para se fazer uma coisa maior, como, por exemplo, os ventiladores. Se tivesse ventiladores suficiente para diminuir o calor ... mas isso não é possível; a gente manda ofícios, esses ofícios ainda vão passar por várias instâncias, ainda vai ter a questão de licitações para a compra. A falta de professor efetivo, que hoje as escolas estão funcionando com estagiários, inclusive essa tem três estagiários. Isso implica muito [...] a gente enfrenta esses pequenos problemas, a gente diz pequenos, mas que influenciam muito no dia a dia de forma abrangente e comprometedor (G2, filiada ao SINTEAL).* A fala acima representa uma realidade vivenciada na maioria das escolas sobre as condições materiais e as condições de realização do trabalho docente na educação básica na rede de ensino municipal em Maceió. Desse modo é possível perceber que, diante de tantos problemas especificados e tantos outros existentes, é necessário repensar os processos de elaboração e implementação das políticas públicas, pois muitas vezes os alunos e a

gestão da escola sofrem pela falta de necessidades básicas e necessárias para um bom desempenho no processo de ensino e aprendizagem, como, por exemplo, a falta de ventiladores, a falta de professores com formação adequada, entre outros aspectos. O G2 afirmou que a educação de Maceió precisa de mais atenção dos governantes, pois os gestores das escolas não têm o apoio que deveriam ter e nem o necessário. Ao mencionar um pouco das dificuldades de infraestrutura declarou que, devido à escola ser pequena, os alunos sofriam bastante com o calor na sala de aula, e para solucionar este problema utilizou o dinheiro do PDDE para a compra de 2 (dois) aparelhos de ar condicionado e depois organizou uma feira da pechincha e rifas para a compra de mais 4 (quatro). Percebe-se que as duas escolas tinham em comum o mesmo problema, mas as estratégias dos gestores são diferentes, pois enquanto um gestor fica aguardando a burocracia da secretaria para a compra de ventiladores, o outro buscou a participação da comunidade escolar para a compra dos condicionadores de ar, mas enfatizou que para isso se tornar concreto a tarefa não foi fácil. Gutierrez e Catani (2008) afirmam que a participação funda-se no exercício entre as partes. Isso propõe uma comunicação entre agentes de diferentes competências com o intuito de construir um plano coletivo para agir sobre determinado problema. Além dos problemas apresentados, torna-se imprescindível refletir acerca dos desafios enfrentados pelos gestores no cotidiano da escola, pois “[...] ser diretor, hoje, é um desafio para grandes, uma tarefa para educadores compromissados, uma função humana gratificante, mas terrível e difícil, dadas as condições em que ocorre” (SANTOS, 2002, p.46). Os entrevistados deixaram registrados os principais desafios da educação pública de Maceió que os gestores enfrentam, e o que mais se destacou foi a falta da participação da comunidade escolar. *A participação de toda a comunidade escolar, a gente fala que a gestão é democrática, mas aí faltou orientação aos pais, alunos e funcionários da escola (professores e funcionários administrativos), mas cada um tem um papel importante para que essa gestão democrática aconteça de fato e o que eu noto é que não existe essa participação; a gestão é dita como “democrática”, são os funcionários, os pais que escolhem o gestor, mas não há participação dos pais. A gente fica muito só...só acontece essa participação na hora de votar no gestor, votou, pronto [...]. Se a gente marca uma reunião, a gente espera que venha a maioria, a gente quer*

passar informações e também quer ouvir a opinião dos pais, mas aí a gente fica frustrado, porque vêm quatro ou cinco, é como se o interesse fosse só matricular o filho. A crítica é boa, ela é construtiva, a gente precisa dela para saber o que precisa ser melhorado (G3, gestor não filiado ao SINTEAL).

A escola demonstra ser um universo específico em que a realidade “[...] só pode ser compreendida a partir de um conhecimento prévio. Tanto no que diz respeito à natureza conceitual da participação, como com relação à experiência prática da gestão participativa” (GUTIERREZ; CATANI, 2008, p. 68). Para colocar em prática a gestão participativa é necessário um sistema que seja estruturado com regras e normas. Nesse caso, a autonomia se afirma como expressão nas tomadas de decisões sobre diferentes contextos; assim pode-se afirmar que a autonomia oferece aos sujeitos a oportunidade de participar. Vale ressaltar que a construção da autonomia escolar traz algumas consequências, pois “[...] tal processo desencadeia certamente expectativas e esperanças, assim como temores e resistência, sendo que alguns esperam que a descentralização conduza os sujeitos a resolverem os problemas” (SCHNECKENENBERG, 2009, p. 134).

Na própria escola, a gestão democrática é um desafio, apesar de que a SEMED ela dá muita autonomia em questão da escola, em ter seu próprio funcionamento, apesar de que a gente sabe que para ser democrático é necessária a participação da comunidade (pais, alunos e funcionários) para você gerir uma escola de forma ideal, uma forma que realmente venha contribuir de forma satisfatória para a aprendizagem. Hoje os principais desafios são esses... a gente não tem local, local próprio, é um protocolo muito grande, é aquela coisa que vai andando devagar. Você jamais pode gerir uma escola onde há falta de profissional; aqui tem professores que já pegaram horas, trabalham como horista, que você sabe que um professor que trabalha 40 horas ele precisa estar bem formado, bem satisfeito, bem remunerado para desempenhar um trabalho de qualidade (G2, filiada ao SINTEAL).

Nas palavras de Spósito (2005, p. 55), “A gestão democrática deve ser um instrumento de transformação das práticas escolares, não a sua reiteração. Este é o seu maior desafio, pois envolverá, necessariamente, a formulação de um novo projeto pedagógico”. A gestão democrática no âmbito da escola caracteriza-se por uma força de atuação visando ampliar o processo político diante das divergências de interesses dos entes envolvidos. Nessa via de raciocínio, entende-se que democratizar a gestão da escola não é tarefa

fácil, pois a construção consiste numa árdua caminhada para fazer uso de procedimentos e estratégias que ela propõe, como conselho escolar, eleição de diretores, associação de pais e mestres, construção do projeto político-pedagógico, entre outros. Para Schneckenberg (2009, p. 123) "A intenção de democratizar a gestão da escola faz-se presente, neste cenário, enquanto problemática real nas secretarias de educação e no cotidiano das escolas". Ao indagar à técnica do Departamento de Gestão Democrática da SEMED se há gestão democrática nas escolas públicas, esta responde que *Já se avançou muito, já existe a descentralização dos recursos do município – já é um ganho –, o conselho escolar existe em todas as escolas da rede municipal, todas estão enquanto unidade executora e vão administrar os recursos, e também prestar contas, já temos o Conselho Municipal de Educação, essas coisas hoje implantadas, institucionalizadas em muitos municípios de Alagoas. Mas tem alguns ainda que funcionam de qualquer forma, então já avançamos muito. Tem 27 anos de gestão democrática no âmbito constitucional, mas não é uma gestão democrática que a gente idealize, mas aos poucos vai conquistando (Técnica do DGD)*. Considerando que as escolas municipais em Maceió avançaram no caminho da implementação de alguns mecanismos da gestão democrática com a criação e garantia de alguns direitos, conforme demonstra a fala da técnica do Departamento de Gestão Democrática, é possível perceber que a organização escolar precisa ser redefinida nas ações cotidianas, pois o espaço de construção social e o poder local necessitam ser constituídos com a participação da comunidade escolar. Nesse caso, a autonomia afirma-se diante da interação dos sujeitos com o intuito de cumprir seu papel político-institucional.

Não há "autonomia da escola" sem o reconhecimento da "autonomia dos indivíduos" que a compõem. Ela é, portanto, o resultado da acção concreta dos indivíduos que a constituem, no uso das suas margens de autonomia relativa. Não existe uma "autonomia" da escola em abstracto, fora da acção autônoma organizada dos seus membros (BARROSO, 2008, p. 18).

Compreendendo-se que a autonomia dos indivíduos define as ações desejáveis para o alcance de mudanças, tornou-se necessário entender quais os principais desafios do sindicato frente aos gestores das escolas. A

presidente do Sinteal revela que [...] *os desafios que nós temos é fazer esse trabalho com essas pessoas, que antes deles serem gestores, eles também são professores, eles têm apenas a função de gestor ali, e que alguns deles se perdem nesse caminho e assumem posturas diferenciadas da que era anteriormente de ser gestor [...] nós acompanhamos desafios nas escolas por assédio de alguns companheiros que ficam com imposições e se colocam de forma meio de agredir o outro verbalmente, de querer desqualificar o profissional.* A discussão acerca da qualidade da educação remete a controvérsias no modo de pensar e no modo de agir. Diante disso o sindicato acompanha desafios na escola; entre eles o que mais se destaca é a postura autoritária de alguns gestores, a qual prejudica a convivência no ambiente de trabalho, favorecendo a falta de respeito com o próximo. “A melhoria da qualidade de ensino pode ser conseguida com mais eficácia se for fruto de ações conjuntas e bem coordenadas pela equipe técnico-pedagógica, sobretudo pelo diretor, como líder do processo coparticipativo” (SANTOS, 2002, p. 34). A partir das considerações de Santos (2002) entende-se que por meio da liderança o gestor precisa manter uma prática no sentido de propor e permitir procedimentos de ações coletivas ampliando o diálogo, pois este é visto como estrutura fundamental para implantar inovações. O Departamento de Gestão Democrática oferece suporte ao diretor dando assistência com formação continuada, ou até mesmo para tirar dúvidas em relação ao processo de eleição de diretor e nas reuniões do conselho escolar. Diante disso, indagou-se à técnica do DGD como se posicionam os gestores frente a este setor. *O Departamento de Gestão Democrática, diante do seu trabalho, teve um período em que a função maior era fazer o acompanhamento dos conselhos escolares, então todos os técnicos – tínhamos um total de 10 técnicos – faziam acompanhamento dos conselhos escolares; o diretor é membro nato do conselho escolar, independente dele querer ou não. Nós, enquanto gestão democrática, tentamos fazer da melhor forma possível e ter uma parceria com a escola. Quando a gente vai para uma reunião do conselho, a gente vai tentar mediar uma situação; antigamente a gente ia para as escolas para resolver os problemas da escola. Tinha alguns gestores que achavam que o papel do departamento era este, e devido a isso era muito difícil a nossa entrada em algumas escolas, porque achava que a gente ia determinar e dizer o que deveria ser feito, mas esta não é a nossa função.*

Agora nós temos escolas que a nossa presença é muito bem vinda. Chamam, às vezes a gente diz que não tem transporte, eles vem buscar a gente aqui pra gente fazer uma fala, pra fazer uma dinâmica, pra conversar com a equipe, pra participar da reunião do conselho, pra gente resolver umas questões. Infelizmente em algumas escolas ainda há uma certa resistência com a presença do técnico porque acha que a gente vai fiscalizar. Por se tratar de um departamento que tenta garantir a participação nas escolas com a presença dos técnicos, os quais têm a intenção de propor melhorias sobre os diversos problemas enfrentados no dia a dia pela equipe gestora, a partir da fala da entrevistada compreende-se que alguns diretores mostram-se não satisfeitos e resistentes, pois acreditam que os técnicos irão investigar a função que está sendo exercida; mas por outro lado, gestores procuram o DGD para os técnicos orientarem a organização e o funcionamento da educação em Maceió. Durante a entrevista a técnica afirmou que os técnicos lutaram para alcançar uma mudança e que esta conquista está perto para ser alcançada, pois o DGD não irá mais existir. Dourado (2008, p. 79) menciona que

[...] a gestão democrática é entendida como processo de aprendizado e luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do 'jogo' democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas. A partir dessa definição compreende-se que o trabalho a ser desenvolvido diante do exercício da gestão democrática contribui para efetivar a participação de todos. Desse modo, aos poucos à cidadania vai sendo constituída no cerne da formação mediante as tomadas de decisões no contexto das práticas educativas. Isso torna-se possível com a articulação e o acompanhamento da equipe gestora. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** O presente trabalho buscou refletir acerca dos desafios da representação política dos gestores das escolas públicas da capital alagoana. Constatou-se pela presente pesquisa que os principais desafios, segundo os entrevistados, são designados pela problemática da falta de participação, autonomia e apoio do poder público diante dos diversos problemas encontrados no cotidiano da escola. A partir dos dados coletados e da

análise realizada foi possível constatar diante das falas dos entrevistados que a filiação não contribui, de forma efetiva, com o trabalho do gestor no cotidiano escolar e a relação com o Sindicato dos Trabalhadores da Educação – SINTEAL se dá por meio de assembleias, mobilizações para aumento de salário e não mediante uma inserção ativa no dia a dia da escola. Portanto, as considerações aqui apresentadas devem ser vistas como registro do estudo realizado e não como conclusões, pois o trabalho preencheu várias lacunas e deixou tantas outras a preencher. Algumas questões não puderam ser respondidas dadas as limitações desta pesquisa, mas por se constituírem aspectos importantes para a educação alagoana podem ser temas de futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002. BARROSO, João. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2008. BASTOS, João Baptista (org.). **Gestão Democrática**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2005. DOURADO, Luiz Fernandes. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2008. FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Políticas Públicas e Gestão da Educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília: Liber Livro Editora, 2011. GUTIERREZ, Gustavo Luis; CATANI, Afrânio Mendes. Participação e gestão escolar: conceito e potencialidades. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2008. LOPES, Monik de Oliveira. **Política de democratização da gestão escolar: um labirinto de sentido, discursos e contradições?**

Dissertação de Mestrado, 2009. 197 f.

Disponível em:

< <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/1/10401>>.

Acesso em: 03 mar. 2014. SANTOS, Inalda Maria dos. A gestão do financiamento da educação no contexto da política dos anos 90. In: PRADO,

Edna Cristina do; DIÓGENES, Elione M.N. (Org.). **Avaliação das Políticas Públicas:** interfaces entre educação e gestão escolar. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 127 – 148. SCHNECKENENBERG, Marisa. Democratização da gestão e atuação do diretor de escola municipal. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 25, n.1, p. 115-137, jan./abr 2009. SPÓSITO, Marília Pontes. Educação, gestão democrática e participação popular. In: BASTOS, João Baptista (Org). **Gestão Democrática**. Rio de Janeiro: DP&A:SEPE, 2005, 4ª edição.

¹ Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); integrante do grupo de pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (GAE) CNPq/UFAL. e.pauliana@gmail.com

² Doutorando em Educação do PPGE da Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Educação e Pedagogo pela Universidade Federal de Alagoas. Integrante do grupo de pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (CNPq/UFAL). givanildopedufal@gmail.com

³ Mestranda em Ciências das Religiões pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões (PPGCR) da Universidade Federal da Paraíba. Integrante ao grupo de pesquisa Formação, Identidade, Desenvolvimento e Liderança de Professores de Ensino Religioso (FIDELI) UFPB/CNPq.

Recebido em: 29/04/2016

Aprovado em: 07/05/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: